

HISTORIADORES E ACERVOS: UMA RELAÇÃO “DE FATO”, MAS NÃO “DE DIREITO”

*Haike Roselane Kleber da Silva**

Este relato de experiência tem como objetivo lançar questões para uma discussão mais ampla a respeito da atuação de profissionais da História (formados em licenciatura ou bacharelado) em instituições de preservação de acervo, centros de memória, arquivos, museus. Parto de duas afirmações que, para mim, são fato: 1) arquivos, bibliotecas, museus e demais instituições de memória têm sido, nos últimos anos, espaços de exercício profissional de historiadores nos quais estes indivíduos desempenham atividades de pesquisa, de coordenação, indicam as políticas de guarda e de eliminação, as formas de arranjo de documentos, de classificação de peças, de catalogação, de divulgação, exposição, enfim, envolvem-se em todas as atividades concernentes ao trabalho com acervos históricos; 2) salvo algumas iniciativas ainda incipientes, os cursos de graduação em História não preparam para este exercício.

No entanto, a presença de historiadores, licenciados e bacharéis, nas instituições de memória é inegável, crescente e, o quanto me parece, muito maior do que a reflexão a respeito do seu papel ou de seu preparo para a atuação nesse campo. Isso exige um esforço maior do profissional e resulta, às vezes em sucesso, outras numa prática equivocada, ou numa combinação de ambos. Com o relato de minha experiência no Memorial Sogipa, pretendo exemplificar o que afirmo acima: um exercício de auto-avaliação que pode servir também para, quem sabe, aquecer o debate a respeito da profissão do historiador.

Entre 1996 e 2001, coordenei o trabalho no Memorial Sogipa, um acervo histórico particular de um clube social e esportivo da cidade de Porto Alegre. Um clube? É, um clube. Assim como empresas, escolas, paróquias religiosas, também os clubes têm se voltado à construção de sua memória. A SOGIPA (Sociedade de Ginástica Porto Alegre), como instituição mais do que centenária (fundada em 1867), proprietária de um rico acervo que sobrevivera a diversos processos de destruição (quebra-quebras, repressão policial, intempéries, mudanças de prédios, mal acondicionamento, eliminações), constituiu seu memorial e investiu —às vezes mais, às vezes menos— na preservação documental, na divulgação do acervo, na construção de uma imagem da instituição voltada à tradição. O Memorial Sogipa abriga documentação referente ao clube —como livros de atas, de registro de sócios, de caixa, relatórios, folhetos e jornais, fotografias, que datam dos primórdios de sua história (por volta de 1870)—; objetos diversos, principalmente os que representam as glórias esportivas, e referências a outros clubes de origem teuta ou à prática da ginástica na Alemanha nos séculos XIX e XX. Tudo isso compõe hoje um acervo de mais de 2 mil peças e uma documentação em papel numericamente relevante. Grande parte dessa documentação (praticamente toda até 1937) foi escrita em alemão.

A porta de entrada

Em meados de 1996, eu terminava o mestrado em História que havia defendido na UNISINOS, dentro da linha de pesquisa então existente de “Imigração e colonização na Ibero-América”. Trabalhara com o humor teuto-brasileiro, a propósito, uma documentação em alemão. Esta população já estava presente em minha trajetória acadêmica desde a graduação, como bolsista de iniciação científica, o que me rendera uma certa familiaridade com o tema “alemães no sul do Brasil”. Um certo trânsito na área, adicionado a um pequeno conhecimento da língua alemã e a uma experiência em arquivo adquirida em um pouco menos de dois anos no Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, levaram a que eu me candidatassem à vaga, na verdade, à realização de um projeto que criaria uma vaga para um historiador no Memorial Sogipa.

Explicando melhor. A SOGIPA havia criado, em 1992, um museu, onde buscava reunir e guardar a memória de seu passado. O projeto inicial foi desenvolvido por um grupo de associados que se interessava pela preservação da memória do clube, indivíduos estes que, em diferentes momentos, haviam tido um grande envolvimento com a instituição, seja administrativamente, seja como esportista ou apenas como assíduo frequentador. Para estes associados, a SOGIPA valia mais do que um simples lugar do qual podiam tirar algum proveito, do qual podiam usufruir de estrutura para seu lazer. Ela fazia parte, de certa forma, de suas memórias pessoais. Isso já justificaria o interesse pelo Memorial. Mas também havia, entre eles, uma noção de que aquele

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.
E-mail: haike@terra.com.br

acervo poderia ter importância também para uma história mais coletiva. Assim, criaram o Memorial Sogipa e, por um tempo que não perdurou muito, buscaram reunir-se para organizar o material que se encontrava disperso pelo clube, além de buscar doações de associados.

Entre 1994 e 1996, Leomar Tesche, meu colega de mestrado, buscava no acervo do Memorial Sogipa, subsídios para sua pesquisa a respeito da prática do *Turnen* (ginástica alemã) entre os imigrantes, em especial, nos clubes. Naquele momento em que pesquisava, o acervo já se encontrava em relativo abandono, fruto de um trabalho esforçado, mas assistemático que desmobilizou o grupo de voluntários. O interesse de um pesquisador pelo acervo e pela história do clube somado à proximidade dos festejos dos 130 anos da instituição levou a diretoria de então a pensar sobre a possibilidade de reinvestir no Memorial, desta vez com a contratação de profissionais (*um* profissional) que pudesse transformar este acervo em uma referência da memória do clube.

Quando me demiti da Santa Casa para fazer o mestrado em História, pensava que não voltaria mais a trabalhar com acervo. Defendi minha dissertação e, ao começar a buscar novamente meu espaço, surgiu a oportunidade de assumir o projeto do Memorial. A SOGIPA contatou a UNISINOS, que parecia ser a instituição que se interessava pelo assunto, passou pelos professores Arthur Blásio Rambo e Eloisa Ramos, e chegou a mim, recém-mestre, com certa experiência no assunto (imigrantes alemães, arquivo histórico, documentos em alemão) e “cheia de gás” para trabalhar. Fiz um projeto, propondo essencialmente a função do Memorial e, obviamente, minha contratação. E assim tudo começou.

A forma do acervo

O que encontrei ao começar o trabalho? Uma sala com troféus, jornais, documentos avulsos, folhetos, fotos, distribuídos com uma certa organização por tipo de material. Havia também muito, mas muito pó. Também foram encontrados peças e outros documentos em diversos cantos do clube, o que elevou consideravelmente a quantidade de acervo. Primeiro, deveria tirar tudo de dentro da sala, estocar numa salinha ainda menor, para então ser realizada uma obra de ampliação da sala original (o que levou, como sempre, mais tempo do que o esperado). Enquanto a obra andava (ou se arrastava), tentei conhecer um pouco mais do que já existia sobre a história do clube e podia ser encontrado em sua biblioteca e também pesquisar sobre formas de organização de peças de museu, limpeza e acondicionamento, registro, etc. Aí começava aquele esforço extra, ao qual me referi no início do texto. Estudar a história da instituição não era problema: para isso temos relativo preparo. Museu, peças, classificação, marcação, conservação, exposição —basta o que encontramos nos manuais?

Meu conhecimento de organização de arquivos, fruto de experiência empírica no Arquivo Histórico da Santa Casa, estava embasado na teoria bastante difundida nos arquivos públicos municipais e estaduais para documentação permanente do “respect des fonds” ou respeito à origem, entendida como produção, geração, criação. Ao trabalhar na Santa Casa, segui a diretriz de arranjo da documentação sem problematizá-la, até porque a “política arquivística” não era minha. Havia uma profissional arquivista responsável e o trabalho já estava em andamento —e funcionando— há muito tempo. Mas, pensando na lógica da estrutura da instituição, acho que mesmo assim eu adotaria este sistema de arquivamento. Na época em que trabalhei ali (1992-1994), o CEDOP (Centro de Documentação e Pesquisa) era responsável por todos os arquivos médicos e o arquivo histórico, mas não havia ainda constituído o Museu Joaquim Francisco do Livramento, e, portanto, a problemática da organização deste tipo de acervo não era algo presente.

Ao assumir o Memorial Sogipa, deparei-me com uma grande quantidade de documentos e uma infinidade de peças, na sua grande maioria, troféus e taças. Pareceu-me lógico e relativamente fácil aplicar, para a documentação avulsa (em papel), o sistema de respeito à origem geradora, pois a produção de documentos na instituição tendia a respeitar a estrutura hierárquica e setorial do clube. Depois de construído um organograma básico, iniciei o arranjo, arquivando documentos que datam desde 1872 até meados da década de 1980. Nesta organização, foram avolumando-se aqueles documentos que não se sabia onde colocar, pois não se sabia quem havia produzido, ou não se sabia se aquele grupo representado pelo produtor do documento fazia parte realmente da estrutura do clube ou se apenas utilizava as dependências, ou tinha outra relação qualquer com a instituição. A situação podia ainda ser pior: muitos documentos são manuscritos em alemão gótico e nem todos são claros na identificação do remetente. Imagino que estes sejam problemas comuns para qualquer arquivo histórico em formação.

Mas havia também as fotografias, que eram naquela época mais de 10 mil, hoje contabilizadas em mais de 17 mil. Como organizá-las? Por fotógrafo era impossível, pois esta é uma informação rara. Novamente se vai à bibliografia existente e se busca sanar lacunas na

formação através dos livros. Adotei, não me lembro bem porque, uma forma de arranjo que classificava as fotos ao mesmo tempo pela estrutura organizacional (a que grupo ou setor pertencia ou se referia) e por evento, principalmente no caso de se referirem a eventos que não tinham autoria específica (o que quer dizer, não eram promovidos especificamente por um dos setores ou grupos do clube). Adaptação? Invenção? A sistemática, ao menos, parece ter servido para os propósitos de guarda e fácil procura.

E as peças: troféus, taças, medalhas, bandeiras, fitas vhs, filmes de rolo, enfeites de mesa de bailes, roupas? Com exceção dos três primeiros itens, o restante não compunha um volume muito grande. Mesmo assim, como classificá-los? Pelo mesmo sistema de arquivos? Não. Enquanto o documento de arquivo tem sentido em sua integração no conjunto, a peça de museu o tem pela sua unicidade e, por isso, faz sentido organizá-la por coleção, classificando esta coleção por função ou conteúdo da peça. O conhecido manual de Fernanda Moro (referenciado no final do texto), neste sentido, poderia ter me auxiliado. No entanto, o nível de minúcia a que chega não parecia, nem de longe, adequado à realidade que eu tinha à frente: muito material, pouco recurso e pouco pessoal. Sendo assim, optei por classificar as peças por troféus e taças, medalhas, pratos, bandeiras, e assim por diante. Perfeito! Mas... qual a diferença entre uma taça e um troféu? É de forma ou de material? E, mais importante ainda, onde situar a linha demarcatória do que é classificável pela sistemática arquivística e o que é classificável pela sistemática museológica? Onde colocar os relatórios de diretoria —grandes encadernações de documentos com relatórios parciais dos departamentos do clube, acrescidos de fotografias de acontecimentos do ano e recortes de jornal? Onde colocar os diplomas, que também eram oferecidos como forma de premiação de eventos esportivos? Junto ao departamento que produziu o evento ou numa coleção de diplomas, assim como se fez com a coleção de flâmulas? E os convites dos diversos eventos?

Essa porção de dúvidas, entremeadas por outras preocupações que às atropelavam, me acompanharam durante os 5 anos que trabalhei no Memorial Sogipa. Com quem discutir, a quem recorrer? Durante este tempo, não trabalhei totalmente sozinha. O então estudante de História, agora professor Edson Tavares, acompanhou estas questões, muito discutimos, muito ele contribuiu, mas como ele mesmo gostava de afirmar, a “política de acervo” era minha, e por ela me responsabilizo. Tentei integrar-me ao Sistema Estadual de Museus, através da 1ª Região Museológica. Mas havia um problema de identidade: seria o Memorial Sogipa um museu? Alguns diziam que não, que era um “centro de memória”. Será que as diferenças estão tão bem estabelecidas? Em meio a esta crise de identidade, fui resolvendo do meu jeito, a partir das minhas leituras e de minhas ponderações, o que fazer e como. Nos últimos dois anos, troquei algumas idéias com a bibliotecária do clube, Leila Sfoggia, com a qual trabalhei em diversos projetos. Era mais uma área de conhecimento que vinha problematizar as questões. Buscamos, no entanto, respeitar o espaço destinado a cada uma “naquele latifúndio”, e cada qual, em seu setor, dirigia a política de acervo. O resultado de tantas questões é uma combinação de sistemas de classificação: por coleção para todos os objetos, seguindo uma numeração simples e seqüencial para todo o acervo; por fundo documental para a grande maioria dos documentos; aquilo que não se sabia bem como classificar foi guardado em pastas, seguindo a numeração das peças. Quase nada tem registro manual, em livro tombo, ficha ou coisa parecida. Optamos por registrar as peças diretamente no computador, não como uma forma de garantir a sua posse, mas como meio de encontrá-la. Para as fotografias, tentamos fazer o mesmo. Mas depois de registrar quinhentas no universo de mais de 10 mil, abandonamos, talvez temporariamente, o projeto. Mesmo assim, é possível encontrar o que se precisa com certa rapidez. Se eu houvesse conhecido antes o trabalho de documentação de acervo desenvolvido pela museóloga baiana Rosana do Nascimento, a qual propõe classificar-se tudo como peça de museu, talvez teria poupado preocupações. Talvez não. Na perspectiva da museóloga, que ouvi por ocasião de um curso ministrado em Santa Maria, eu não deveria nem me envolver na questão, pois documentação museológica não é assunto de historiador. Isso mostra que nem sempre há abertura para o diálogo com as áreas de conhecimento que tratam do patrimônio.

Mas as questões não param por aí. E o crescimento numérico do acervo? O Memorial Sogipa é um acervo institucional, que cresce a cada virada de ano, com a passagem dos arquivos correntes dos diferentes setores para o arquivo permanente; que cresce a cada vitória esportiva, com mais troféus; que cresce com a realização de festas e eventos, que produzem convites, botons, camisetas, canecos e outros souvenirs. Como resolver o problema do que vai e do que fica? Em primeiro lugar, o que não for estritamente relativo ao clube pode ser eliminado. Isso resolve muito pouco. Ignorar o problema resolve menos ainda. Assumo que esta foi minha solução, enquanto o espaço permitia. Haverá de ter uma saída, que possivelmente será encontrada em

conjunto por profissionais e representantes do clube. Neste debate, certamente haverá espaço para o historiador opinar.

O Memorial Sogipa hoje é coordenado pela bibliotecária Leila —que integrou aos seus “campos” as propriedades do Memorial. Mesmo diante das dificuldades encontradas, têm continuado o trabalho que desenvolvemos anteriormente. As questões permanecem e, para algumas, ela encontrará soluções que sua formação —na biblioteconomia ou nos conceitos da museologia— permitirão encontrar.

A função do acervo

Ao iniciar o trabalho no Memorial Sogipa, em setembro de 1996, pensava em poder produzir a organização do acervo, em basicamente duas fases: a primeira, seria o estabelecimento espacial do material, tanto no que concerne à ordenação das peças, livros de registro e caixas de documentos em suas estantes, quanto ao arranjo dos documentos dentro das caixas, em seus fundos e seções; a segunda, seria a leitura atenta da documentação existente e a posterior construção de instrumentos de pesquisa que abarcassem a documentação não apenas em seu aspecto formal, mas em relação ao seu conteúdo. Não foi estabelecido prazo para este planejamento. Só se sabia que, para produzir história, seria necessário ter minimamente o acervo organizado e conhecido.

Em novembro do mesmo ano, o presidente do clube, movido por grande interesse no trabalho de construção da memória da SOGIPA, visualizando os festejos do ano seguinte relativos aos 130 anos do clube, propôs que eu me responsabilizasse pela publicação de uma obra comemorativa ao aniversário da instituição. Minha primeira solução foi organizar uma obra coletiva, em que alguns historiadores escreveriam sobre temas correlatos à história do clube, incluindo aí uma visão atual que seria produzida pelo jornalista da casa. A proposta não foi aceita. Queria-se um livro comemorativo, ou como diziam, uma continuação do livro dos 120 anos (escrito por Carlos Hofmeister F^o), ou algo semelhante. Foi assim que comecei a pensar na publicação que saiu em agosto do ano seguinte.

Com dois meses de casa, um completo desconhecimento do acervo e da história do clube, e ainda uma aversão indiscutível à obra publicada por ocasião dos 120 anos do clube em 1987, passei a pensar, não só em todas aquelas problemáticas que a organização do acervo me suscitavam, mas também em como escrever sobre algo que eu não conhecia. Lá se foram os planos de passos ordenados e precisei “colocar a carroça na frente dos bois”, dividindo o tempo entre todas as atividades do acervo, incluindo a que mais nos cabe enquanto historiadores, a pesquisa. Para piorar a situação, foi-me sugerido que iniciasse o programa de exposições que eu havia planejado no primeiro projeto, ou seja, exposições que acompanhassem os eventos do clube. Em março de 1997, foi inaugurada a vitrine e, a partir daí, foram montadas, de uma a duas exposições ao mês. Organização, pesquisa para publicação e exposição. E éramos apenas dois.

Com esse quadro, decidi produzir uma obra com o que me era mais presente, com o que me parecia mais interessante e, certamente, de leitura fácil e com muitas ilustrações. Ilustração é o que não falta no acervo... e de qualidade. O projeto então se constituía em produzir um livro que integrasse a SOGIPA na cidade de Porto Alegre e no contexto da cultura alemã trazida por imigrantes, falar rapidamente das atividades desenvolvidas e terminar com uma tabulação de conquistas esportivas dos atletas do clube. Ele foi impossível de realizar na sua totalidade. Que conquistas selecionar? As de nível estadual, nacional e internacional? Apenas campeonatos oficiais? E as conquistas anteriores à oficialização não contam? Que categorias? Todas as modalidades esportivas nas quais os atletas do clube competem? Para resolver o problema, procuramos profissionais da área esportiva, o que não nos ajudou, pois estes viam importância apenas nas conquistas atuais. No entanto, quem valoriza a memória não perdoa o esquecimento, e nós seríamos “crucificados” por deixar fora a citação de um ou outro atleta. Decisão: deixar de lado as conquistas esportivas. Lá se fora um grande tempo que poderíamos ter ocupado melhor.

Enfim, “Sogipa: uma trajetória de 130 anos” saiu. Não foi bem ao gosto dos promotores, que acharam que faltou falar sobre os dias atuais. Não foi bem ao gosto dos associados —aqueles que leram—, pois sempre parece que falta citar alguém ou algum fato que julgam mais importante. Não foi bem ao gosto da historiadora, que não conseguiu finalizá-lo como deveria, ou que, preocupada com as críticas acadêmicas, não soube valorizar a importância de se escrever para quem não está na academia. Apesar disso, a obra teve seus dias de glória e surtiu algum bom efeito para a imagem do clube.

Em 2001, foi a vez de publicar um livro sobre a história da Oktoberfest, que, no Brasil, se iniciara na SOGIPA (então Turnerbund) em 1911. Novamente facilidades e dificuldades foram

postas. Conhecimento do acervo e da história da instituição não era o problema. Aí se ressaltaram as restrições orçamentárias e o fraco trabalho de divulgação.

Como relatado acima, éramos duas pessoas, que se envolviam em todo o trabalho. Durante dois anos, tivemos um estagiário (Evandro Fernandes) que desenvolveu um trabalho de leitura e registro de súmulas dos livros de atas da diretoria desde 1882 até 1940, todos manuscritos em alemão gótico. O registro foi feito todo à mão —o que é de se esperar quando se tem apenas um computador— e espera hoje por sua digitação em um programa que possibilite o manejo das informações. De semelhante modo, mas obviamente com mais rapidez, fizemos as súmulas do que era publicado no informativo oficial do clube (Revista da Sogipa), entre os anos de 1963 e 1998. Este trabalho, de rápida finalização, foi realizado diretamente no computador, em programa que nos era acessível (Excel). Considero os dois trabalhos bons instrumentos de pesquisa e muito foram utilizados no preparo de exposições ou textos para publicação.

E por falar nisso, foi constante a participação do Memorial Sogipa nas publicações das revistas do clube. Páginas especiais, encartes ou simplesmente informações que comporiam as matérias escritas pelos jornalistas foram bastante recorrentes. Também fomos, por diversas vezes, procurados por representantes de empresas jornalísticas conhecidas para fornecimento de informações, empréstimo de materiais, etc.

As exposições eram, a princípio, a forma mais usada de comunicação do Memorial — “detentor” e “protetor” da memória do clube— com os associados. A idéia original parecia boa: montar exposições que acompanhassem os eventos do clube, eventos estes que tinham uma história, que haviam guardado vestígios de seu passado e coisa e tal. Não se pensou, contudo, que eram tantos eventos; que a cada ano eles encomendariam novamente uma exposição; que para alguns não havia nem material, nem tampouco o que se dizer. A sistemática foi perdendo sentido. Sem contar que nunca havia dinheiro para o que quer que fosse. As exposições eram feitas do modo mais simples, às vezes com boa criatividade. Nos últimos tempos, senti que não se tinha mais o entendimento da função das exposições. Os diretores e coordenadores que as encomendavam, muitos deles, viam-nas como enfeites para seus bailes e promoções. Optou-se, então, por começar a negar as encomendas, dizer que não havia material, que eles mesmos poderiam fazer, se é que o que queriam era uma decoração. Nem história, nem memória, o que parecia importar era o sucesso do hoje.

Como historiadora e pesquisadora da imigração alemã, busquei, em certos momentos, ampliar os objetivos da existência do Memorial —que eram eminentemente internos ao clube, à construção de sua memória para si mesmos, ou de sua imagem como clube tradicional na cidade—, divulgando à comunidade acadêmica a riqueza do acervo para diversos estudos. O associativismo teuto, a integração dos alemães na cidade de Porto Alegre, as formas de lazer de uma elite etnicamente caracterizada, o desenvolvimento do germanismo, dos diferentes esportes praticados, enfim, uma gama de possibilidades de pesquisas poderia se realizar tomando por base este acervo, uma série de perguntas poderiam ser produzidas e respondidas a partir do estudo do que o Memorial Sogipa contém. No entanto, a existência primeira do Memorial Sogipa não privilegia o público acadêmico, a pesquisa histórica, mas a preservação e produção de memória. Sabe-se, no entanto, que a memória é hoje uma das tantas fontes do trabalho do historiador; que ele, talvez mais do que outros profissionais de acervos, têm refletido sobre o estudo das memórias, seu uso, sua compreensão. Nesse sentido, a localização do historiador num centro de memória me parece bastante adequada. Dele se espera a capacidade de diferenciar a produção de memórias —representações do vivido, rememorações— da produção de história, trabalho cientificamente elaborado. Isso não quer dizer que, num centro de memória não se produza história e que o historiador seja sempre científico no que produz. A reprodução da memória é sedutora, e, muitas vezes, o trabalho do historiador acaba por limitar-se a isso. Para tal, novamente é possível pensar, será o historiador o profissional adequado para o trabalho em acervos?

Para pensar o que falta

Acervo: será este o espaço profissional do historiador? Sim e não. Sim, pois as iniciativas preservacionistas se disseminam, as buscas por memórias se alastram, os acervos surgem do pó, ou dos porões, como se nunca tivessem existido. Sim, pois é enorme a carência de profissionais preparados para o trato com documentos, peças de museu, organização arquivística ou coisas do gênero. Sim, pois a formação de profissionais arquivistas ou bibliotecários dá prioridade para a produção documental corrente ou para os livros que têm mais uso, os que têm mais saída. Sim, porque o historiador desenvolve um certo sentido de preservação, pois é a partir do preservado (seja material ou imaterial) que ele produz história.

Ao mesmo tempo, os acervos não são espaços adequados ao exercício profissional de historiadores, pois não há preparo formal para tal atuação. O envolvimento dos profissionais com o trabalho que se desenvolve nos acervos é, com raríssimas exceções, muito mais extenso do que o que a formação acadêmica proporciona. Proliferam-se centros de documentação, memoriais, acervos institucionais que, em geral, têm a possibilidade da contratação de apenas um profissional. Uma equipe multidisciplinar é algo que fica na esfera do sonho. O espaço que está aí, que nos é oferecido, exige capacidades e habilidades que nenhum profissional —seja arquivista, bibliotecário, museólogo ou historiador— as possui em toda sua complexidade. Temos, então, trabalhado nesse contexto não com capacidades e habilidades, mas com sensibilidades. Penso que isso não é o suficiente.

Esta preocupação que aqui explico —que não é só minha— tem levado alguns cursos de História a integrarem em seus currículos algumas disciplinas —em geral, opcionais ou eletivas— com temáticas do patrimônio histórico. Outras iniciativas, como a do curso de bacharelado em História da UNILASALLE (em Canoas), tentam enfatizar a preparação do profissional para atuação fora da sala de aula, com disciplinas sobre gestão cultural, noções de organização de acervos, etc. Contudo, considero ainda incipientes as tentativas de responder à demanda. Em geral, é necessário que o diplomado em História busque um curso de especialização para encontrar preparação para o trabalho com acervos ou patrimônio histórico. A discussão a respeito da inclusão nos currículos desse preparo está sendo, aos poucos aquecida. Alguns defendem a criação de novos cursos, outros a de linhas de especialização. É necessário que pensemos soluções para podermos definir melhor o que é, afinal, “ser historiador hoje”.

Referências bibliográficas

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. de Queiroz, 1991.

CAMARGO-MORO, Fernanda. *Museu: aquisição e documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

TEDESCO, João Carlos (org.). *Usos de memórias: política, educação e identidade*. Passo Fundo: UPF, 2002